

Objetivo 1109: Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação.

Nos últimos anos, milhões de brasileiros superaram a fome e a subalimentação. Dados da FAO (2015) apontam que a proporção de pessoas subnutridas caiu de 11,2% em 2000-02 para menos de 5% em 2014.

Atualmente, um dos principais desafios consiste em se favorecer que a população brasileira tenha hábitos alimentares mais saudáveis e adequados. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, realizada em 2013 por inquérito de base domiciliar de âmbito nacional, apontam que apenas 37,3% das pessoas de 18 anos ou mais de idade consumiam diariamente a quantidade recomendada de frutas e hortaliças. Além disso, 23,4% e 21,7% consumiam, em pelo menos cinco dias da semana, refrigerante (ou sucos artificiais) e doces (como bolos, tortas, chocolates, balas ou biscoitos), respectivamente.

O padrão de consumo alimentar dos brasileiros tem contribuído para um aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade, em todas as faixas etárias. Dados da pesquisa Vigitel - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - mostraram que, em 2014, o excesso de peso já atingia 52,5% da população adulta do país e a obesidade, 17,9%. O excesso de peso atinge também as crianças: 1/3 delas já enfrenta o problema. O custo da obesidade para o Sistema Único de Saúde, em 2011, foi de quase meio bilhão de reais.

O excesso de peso, bem como a alimentação inadequada, representam fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis, como as do coração, a hipertensão, o diabetes e o câncer. As doenças crônicas são responsáveis por 72% das causas de morte no Brasil.

Neste contexto, foi elaborada, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, que reúne 20 Ministérios, e com a participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e da Organização Pan Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde - OPAS/OMS, a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: "orientando sobre modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira". O objetivo do documento, publicado em 2014, é organizar as orientações de forma articulada, conjunta e intersetorial para o enfrentamento do sobrepeso, da obesidade e de seus determinantes, no País. Destaca-se, também, o lançamento pelo Ministério da Saúde, no segundo semestre de 2014, da 2ª edição do Guia Alimentar para população brasileira, documento este que traz as recomendações oficiais para a promoção da alimentação adequada e saudável pela população brasileira. O Guia orienta a Educação Alimentar e Nutricional e também é indutor de políticas públicas coerentes ao novo cenário da Segurança Alimentar e Nutricional, que suscita a necessidade de melhorar a qualidade da alimentação, por meio da oferta de alimentos mais saudáveis, diversificados e que respeitem a cultura alimentar local.

Com o objetivo proposto, busca-se incentivar um conjunto de ações que contribuam para deter o crescimento do excesso de peso, além de promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis, ampliando o consumo de frutas e hortaliças e reduzindo o consumo de bebidas açucaradas entre a população brasileira.

Para a implementação do objetivo proposto, a estratégia abrange principalmente o estabelecimento de pactos federativos, por meio das ações articuladas no âmbito da CAISAN, visando conjugar esforços relacionados à promoção da alimentação adequada e saudável e ao aumento da disponibilidade de alimentos saudáveis e sustentáveis. As ações a serem pactuadas referem-se à educação para o consumo saudável, ao ambiente escolar e a outros equipamentos públicos como locais propícios para escolhas alimentares saudáveis, à

formação e qualificação profissional, às ações nas redes da saúde, educação e assistência social, e à ampliação do acesso a alimentos saudáveis por meio de compras públicas.

Abrange, também, a implementação das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira de forma ampliada, por meio de diferentes mídias e estratégias de comunicação, reforçando o consumo de alimentos regionais e as práticas produtivas sustentáveis que respeitem a biodiversidade, bem como a inserção da promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de ações que promovam um ambiente escolar propício à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados, por meio da ampliação da oferta de frutas e hortaliças e a restrição da oferta de alimentos ultraprocessados^[1]. Assim como a regulamentação da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas processados e ultraprocessados em escolas públicas e privadas e em outros equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

No que se refere ao apoio ao consumo de alimentos adequados e saudáveis, destaca-se a implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, o desenvolvimento de estudos para propor medidas fiscais, a promoção da Campanha Brasil Saudável e Sustentável, com o objetivo de fortalecer as ações de educação para o consumo saudável para a população em geral, o incentivo ao consumo de pescado, a análise do risco resultante da exposição aguda aos resíduos de agrotóxicos detectados pelo Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos (PARA) no período de 2016 a 2018, a articulação junto ao Mercosul da revisão da resolução sobre a rotulagem geral de alimentos e do regulamento sobre rotulagem nutricional obrigatória de alimentos visando identificar as dificuldades e limitações do modelo regulatório atual.

[1]^[1] Alimentos ultraprocessados: produtos cuja fabricação envolve diversas etapas, técnicas de processamento e ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial.